

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.288.656 - DF (2018/0104754-8)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **FUNDIAGUA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**
ADVOGADOS : **JOSÉ LUÍS XIMENES - DF008190**
: **ADRIANO MADEIRA XIMENES - DF013414**
AGRAVADO : **ELIEL DE OLIVEIRA CAMPOS**
ADVOGADO : **NILMAR DA SILVA ANDRADE - DF037226**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. AUSENTE A PACTUAÇÃO NO CONTRATO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTOS FÁTICOS E PROBATÓRIOS. SÚMULAS 5 E 7/STJ. NOVAÇÃO OBJETIVA. NÃO RECONHECIDA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE, NOS TERMOS DO ARTIGO 85, § 11, DO CPC/15. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER O RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por FUNDIAGUA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do art. 105, III, da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

APELAÇÃO. DIREITO CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. FUNDIAGUA. EQUIPARAÇÃO A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. CONTRATOS DE MÚTUO. REVISIONAL. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. AUSÊNCIA DE EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL. QUITAÇÃO. NÃO OBSTA A REVISÃO QUANDO HÁ ILEGALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. 1. As entidades fechadas de previdência complementar estão autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional a aplicar as reservas garantidoras dos benefícios em empréstimos a seus participantes e em outros seguimentos da economia, sendo, para esse efeito, equiparada às instituições financeiras.

Superior Tribunal de Justiça

2. *Conforme verbete nº. 539, da Súmula de Jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça é permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano, desde que expressamente pactuada.*
3. *De fato, a verificação da cobrança de juros capitalizados em desacordo com as normas autorizadoras demanda análise casuística, considerando-se a avaliação do homem médio e a forma pela qual foram dispostas as cláusulas.*
4. *A quitação do contrato não obsta sua revisão, mormente quando se verificam ilegalidades nas obrigações avençadas.*
5. *Recurso conhecido e desprovido.(e-STJ, fl. 172)*

Em suas razões recursais, a recorrente, alegou violação ao artigo 5º, da Medida Provisória nº 2.170-36; ao artigo 360, inciso I, do CC/02, sustentando que a capitalização mensal está pactuada quando a avença contém taxa anual de juros superior a 12 (doze) vezes a taxa mensal.

Defende a ocorrência de novação objetiva, pois não deve prevalecer o acórdão recorrido que fundamentou que os contratos anteriores foram quitados e encerrados antecipadamente, exatamente para ser contraído um novo empréstimo, o que inviabiliza a revisão das cláusulas daqueles ajustes.

É o relatório.

Passo a decidir.

A irresignação recursal não merece prosperar.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

De início, no que concerne à capitalização mensal de juros, esta Corte Superior já afirmou que:

7. CAPITALIZAÇÃO MENSAL:

7.1 Admissibilidade após a MP n.º 1.963-17/2000, desde que expressamente pactuada: *"É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada (REsp n.º 973.827, submetido ao art. 543-C do CPC).*

7.2 Forma de pactuação a capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada" (REsp n.º 973.827, submetido ao art. 543-C do CPC).

7.3 Não juntada do contrato ou não reconhecimento da pactuação da capitalização mensal: se não houver a juntada do contrato ou o Tribunal de origem não reconhecer, no acórdão recorrido, a pactuação expressa da capitalização mensal (o que compreende a pactuação de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal), é inviável a capitalização mensal dos juros e, nos termos das Súmulas 5 e 7/STJ, o conhecimento da alegação do recurso especial relativa à capitalização.

7.4 Capitalização anual: "Autoriza-se a incidência de capitalização anual dos juros nos contratos de cartão de crédito, na linha da jurisprudência da Corte" (EREsp 917.570/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 04/08/2008).

Contudo, no caso dos autos, verifica-se no acórdão recorrido que o contrato firmado entre as partes não estabeleceu de forma clara e expressa a pactuação do encargo, razão pela qual não impôs sua cobrança, tendo o Tribunal de origem consignado da seguinte forma:

Sendo assim, instituições financeiras podem realizar a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano, desde que expressamente pactuada no contrato. Da análise dos contratos celebrados, verifica-se que nos Dados da Operação, são fornecidas os seguintes campos: Valor Principal, Prestação, Margem Consignável, Taxa de Juros e CET (). Tomando-se por exemplo o Contrato de nº. 15.001154 (ID nº. 2420643, página 1), o valor da Taxa de Juros é de 2,35 e o CET (*) 34,26. Sobre o CET (*), consta Observação na Cláusula 3 que este é definido como o "Custo Efetivo Total (Anual), igual à Taxa dos Juros acrescidas da Taxa Administrativa, TQM (Taxa de Quitação por Morte) e IOF". Tais valores contratuais foram expressos da seguinte forma: Tx. Adm.: 878,24; TQM: 292,75; IOF: 1.947,77; Dev.Tx.Adm.: 395,21; Dev.TQM: 376,40; Antecipação (opcional): 784,37. Ora, é de se afastar a facilidade com que o tomador do empréstimo vislumbra a existência de juros capitalizados. A um porque, pelas informações dadas, supõe-se que os valores*

Superior Tribunal de Justiça

da Taxa de Juros e do CET () estão expressos em percentuais, enquanto os valores referentes à Taxa Administrativa, Taxa de Quitação por Morte e IOF em moeda corrente. Em segundo porque, em que pese o apelante elucide a questão em sua manifestação, não há diferenciação entre Taxa de Juros “mensal e anual”, fato que pode induzir eventualmente o tomador do empréstimo a acreditar que a Taxa de Juros contida no CET (*) é aquela na qual expressamente acordou. Do mesmo modo, é de se afastar o argumento de que o Demonstrativo de Amortização do Empréstimo demonstra claramente a pactuação, uma vez que como expressado pelo i. Juízo originário, “os demonstrativos de amortização que acompanham cada um dos pactos não trazem em seu bojo qualquer cláusula contratual ou assunção de obrigação pelas partes. Ao contrário, demonstram, apenas, de que . modo foi feita a cobrança, o que não significa dizer que tal ocorreu da forma avençada” Nesse diapasão, considera-se indevida a cobrança de juros capitalizados nos contratos firmados, razão pela qual o recurso deve ser julgado improcedente.*

(e-STJ, fls. 175 - grifou-se)

Por conseguinte, a mudança da moldura fática estabelecida pelo Tribunal *a quo* quanto à presença de pactuação expressa da capitalização mensal de juros no instrumento contratual demandaria um inevitável reexame da matéria fático-probatória, bem como de cláusulas contratuais, acostada aos autos, hipótese vedada por força das Súmulas 5 e 7/STJ.

Ademais, sobre a existência de novação objetiva, o Tribunal de origem ponderou que:

Na espécie, a matéria posta em julgamento foi enfrentada e debatida por completo, levando em consideração todos os documentos e alegações expostas pelo embargante; porém, quando necessário, os Embargos de Declaração têm o efeito de aprimorar a prestação jurisdicional. Nesse diapasão, com todas as vênias à elogiável combatividade e diligência dos advogados do embargante, o Acórdão recorrido consignou expressamente a existência de juros camuflados entre os encargos e a possibilidade de revisão judicial dos contratos anteriores. Com efeito, não vislumbro a ocorrência de novação objetiva, com inovações substanciais na autonomia da vontade, conforme defendido pela embargante. A renegociação de dívida no caso operou-se na como mera

renegociação de operação de crédito sem intenção de novar a obrigação, mas apenas de repactuá-la, fato não controvertido pelo embargante. De fato, houve sucessiva renovação dos contratos, havendo clara continuidade negocial, sendo a obrigação posterior uma confirmação da primeira (artigo 361 do Código Civil). Os julgados trazidos pela parte, da mesma forma, não socorrem a tese defendida. No REsp nº. 921.046-SC, de Relatoria do Ministro Luis Felipe Salomão, descaracterizou-se o instituto da novação, vez que na nova pactuação de dívida não existia dúvida a respeito da permanência da obrigação e da manutenção dos elementos originais, ocorrendo alteração tão somente em relação aos elementos acessórios da relação creditória. (e-STJ, fls. 200/201 - grifou-se)

Na hipótese, afastada a novação objetiva, motivo pelo qual não cabe sua revisão nesta Corte Superior, com fundamento na Súmula 7/STJ.

Por fim, considerando que o presente recurso foi interposto na vigência do Novo Código de Processo Civil (Enunciado administrativo n.º 07/STJ), impõe-se a majoração dos honorários inicialmente fixados, em atenção ao art. 85, § 11, do CPC/2015.

O referido dispositivo legal tem dupla funcionalidade, devendo atender à justa remuneração do patrono pelo trabalho adicional na fase recursal e inibir recursos cuja matéria já tenha sido exaustivamente tratada.

Com base em tais premissas, a título de honorários recursais, sendo fixada inicialmente verba honorária em 11% sobre o montante da condenação (e-STJ, fls. 181), a majoração dos honorários para 15% é medida que se impõe.

Advirta-se, por fim, que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, não conhecer o recurso especial.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

